

Manifesto dxs estudantes de pós-graduação FaE/UFMG contra a PEC 241! Em defesa da Educação Pública

Nós estudantes de pós-graduação da Faculdade de Educação, reunidos em assembleia no dia 24/10/16, decidimos compor a ocupação da Faculdade de Educação da UFMG (FaE/UFMG) - contra a PEC 241 - iniciada no dia 21/10. A ocupação é um importante espaço de resistência no cenário nacional, com protagonismo dxs estudantes secundaristas, e se configura como uma possibilidade de articulação para a Greve Geral. Participamos desse movimento como estudante e como professorxs que somos!

Nossa situação de pós-graduandxs em educação nos obriga a posicionarmos diante da atual conjuntura, de ofensivos ataques a classe trabalhadora na retirada de direitos sociais.

A Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 241, do Novo Regime Fiscal, limita os investimentos em educação em todas as modalidades, bem como na saúde e outros setores de serviços públicos básicos, fundamentais à população brasileira. A PEC 241 implementa uma metodologia de reajuste anual baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que estudos técnicos mostram uma previsão de repasse inferior ao atual a partir do ano seguinte à aprovação. Essa medida resultará em redução drástica de investimentos públicos em educação, por 20 anos, inclusive descumprindo a constituição! Ela também prevê a suspensão de concursos públicos nesse mesmo período. Além disso, existem outros Projetos de Lei (PLs) e PECs que compõem um pacote de medidas que visam a “recuperação econômica” do país em detrimento dos direitos sociais recentemente adquiridos pela população.

As implicações das reduções orçamentárias destinadas à educação impactam a pós-graduação desde 2015, com um corte expressivo de verbas concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este ano o corte aumentou. A CAPES também foi auditada pelo Controladoria Geral da União (CGU) que apontou déficit na agência, resultando em devolução de bolsas de programas como o Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e cursos de especialização realizados na FaE com verba advinda do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conta está a ser paga somente pelo estudante da pós graduação. Nenhuma das instituições assumiu responsabilidade pela demanda de execução de projetos – caso FNDE – e transferiu todo o ônus a nós, bolsistas da Pós. Este ano vimos uma situação de menos recursos destinados a eventos acadêmicos em que apresentamos nossas pesquisas e trabalhos. Isso ainda não é a PEC 241! Há de piorar. Sabemos que a Pós-graduação não é acessível à todxs e ao invés de mudar este cenário esta PEC restringe ainda mais este acesso.

Ainda, repudiamos a PL 395 de 2014 que dispõe sobre a cobrança de mensalidades da pós. Consideramos esta uma forma de desobrigação do Governo em garantir direitos.

O Governo Temer/PMDB ao mesmo tempo em que força a aprovação da PEC 241, quer transformar a educação pública em oficina que atenda aos interesses do Capital, através da Medida Provisória 746. A proposta de mudança do conteúdo das disciplinas do Ensino Médio eliminando a obrigatoriedade de disciplinas relacionadas às Ciências Humanas, tem por objetivo impor aos jovens uma única possibilidade formação. Junto a isso tentam recolocar a mordaza nos professores, tentando impor um pensamento único, no que denominam “escola sem partido”. A lei da mordaza acompanhada da reforma do Ensino Médio tem como único objetivo educar para alienação necessária a manutenção e reprodução das desigualdades sociais.

Desse modo, nós estudantes da Pós-graduação em assembleia reivindicamos:

- 1- A extinção da PEC 241;
- 2- O alargamento de todos os prazos da PPGE/FaE/UFMG e instituições de fomento - CAPES, CNPQ e FAPEMIG diante a nossa inserção nas lutas e mobilizações contra a PEC 241, com garantias das condições nessa situação de paralisação.
- 3- A não criminalização e punição das ocupações (escolas, ifes e universidades) e movimentos sociais em luta;
- 4- Ampliação de vagas e a implementação de Cotas Raciais e Sociais no PPGE/FaE/UFMG;
- 5- Políticas de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência dos estudantes da pós graduação na Universidade;
- 6- A não devolução da “bolsa trabalho”, ao FNDE. Que só onera e endivida os estudantes da pós graduação;
- 7- O direito à licença maternidade, com alargamento dos prazos e extensão da bolsa em caso de pós graduandas bolsistas;
- 8- Por uma nova lógica de produção na pós graduação: que elimine as relações de assédio moral, produtividade e adoecimento dos pós graduandos e professores.
- 9- O fim da MP 746 e demais alterações na LDB que retrocedem lutas pela educação pública de qualidade, como exclusão da lei 10.639 e 11.645.
- 10- Maior investimento nas propostas de sanduíche, considerando que há incentivo, mas não há recurso suficiente aos interessados, e que o Doutorado Latino-Americano tem como pré-requisito a pesquisa comparada em mais de um país da América Latina e, portanto, não pode prescindir do sanduíche.

Por essas razões, nós, estudantes da Pós-graduação em Educação da UFMG, convocamos todxs a lutarem contra a PEC 241, contra retrocessos na educação. Essa luta também é nossa!